

CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO RECENTE NO ESTADO DO AMAZONAS

Taís F. Santos(*)

Introdução

Como se sabe, as primeiras tentativas de ocupação da Amazônia remontam à época da borracha. Porém, até os anos 50 essas tentativas se deram de maneira pouco sistematizada (ver por exemplo, Velho, 1976 e Oliveira, 1985). O processo de ocupação da Amazônia se deu efetivamente a partir dos anos 70, com a chamada expansão da fronteira agrícola. Na época, grandes contingentes populacionais dirigiram-se à área objetivando a ocupação e exploração agrícola do solo. Porém, apenas 10-15 anos após sua instauração, o ciclo amazônico tem demonstrado sinais claros de fechamento (Martine, 1985). Como resultado da estagnação da fronteira na segunda metade da década de 80 milhares de colonos foram obrigados a se dirigir para as cidades (Taschner, 1995), contribuindo assim para o crescimento das cidades maiores e principalmente para o "inchaço" das capitais estaduais. Acrescente-se a isto que

(*) Demógrafa da Fundação Joaquim Nabuco

populações liberadas de outras atividades, entre as quais o garimpo e a extração de madeira, também contribuíram para aumentar o crescimento das chamadas áreas urbanas. O crescimento urbano da região Norte fica evidenciado através da comparação do grau de urbanização. De fato, houve um acréscimo substancial neste indicador para a Região Norte nos períodos 1970 (55.92) e 1991 (75.49), de acordo com os censos demográficos. Estados como Rondônia e Amazonas contribuíram fortemente para a configuração deste quadro. Nos anos 80, por exemplo, 72% e 96% dos incrementos populacionais de Rondônia e do Amazonas estabeleceram-se em áreas urbanas (Taschner, 1995).

Este estudo investiga as características da urbanização recente, isto é, na década passada, no Estado do Amazonas. Para tal são usados como fontes de dados básicos os censos demográficos de 1980 e 1991. Na primeira parte do trabalho analisam-se indicadores como taxas de crescimento da população por situação do domicílio e grau de urbanização para todos os municípios que compõem o Estado do Amazonas. Na segunda parte, é feita uma investigação das características sociodemográficas da urbanização no Estado.

Crescimento Populacional e Urbanização no Estado do Amazonas

O Amazonas é o segundo estado da região Norte em contingente populacional. Com um contingente de 1.430.528 pessoas, em 1980, a população amazonense representava 24% da população da Região Norte. Em 1991, a população do Amazonas foi registrada em 2.103.243, significando 21% de toda a Região. Em uma primeira análise, isto é, com base no grau de urbanização de 1980 (57.0) e 1991 (71.4), é-se tentado a dizer que o Estado do Amazonas tomou-se essencialmente urbano a partir de 1980. Porém, tal assertiva não é verdadeira. Na realidade, o Amazonas só não é basicamente rural devido ao peso da capital Manaus que é uma cidade que congrega quase a totalidade de sua população em área urbana (conforme definição do IBGE). De fato, em 1980, a população urbana manauara

representava 71% da população urbana de todo o estado, percentual este que declinou para 67%, em 1991.

No nível desagregado de municípios observa-se que apenas cinco cidades tinham, em 1980, mais de 50% de suas populações morando em áreas urbanas: Eirunepé, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Tefé (Tabela 1). É fato que houve um aumento generalizado no grau de urbanização de todos os municípios chegando grande parte deles a ter seus contingentes urbanos mais do que duplicados em 1991, comparativamente a 1980, como, por exemplo, Anori, Envira, Ipixuna e vários outros. Apesar do aumento considerável no grau de urbanização verificado para o Estado e municípios na década de 80, apenas 29% dos 62 municípios do Amazonas registraram mais de 50% de suas populações vivendo em áreas urbanas.

A análise das taxas de crescimento que constam da Tabela 1 confirmam a importância do crescimento urbano no período considerado. Várias cidades tiveram taxas de crescimento urbano superiores a 10%, embora o crescimento da população total tenha características diferentes. Neste particular, cidades como Careiro e Ipixuma tiveram taxas de crescimento negativas de suas populações rural e total. Envira manteve a população total estável, porém, perdeu população rural. Enquanto isto, Japurá e Novo Airão apresentaram crescimento considerável nas populações urbana, rural e total. Observa-se também que, à exceção de Canutama, Humaitá, Japurá, Lábrea, Manicoré, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro e Urucurituba, todas as demais tiveram crescimento rural negativo, sugerindo a evasão destas populações, provavelmente para áreas urbanas dentro do próprio Estado.

Tabela 1
Indicadores de População para o Estado do Amazonas por Município

	1980	1981	1980	1981	1980	1981	TC	TC	TC
	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Urb.	Rural	Total
Anori	3823	11184	15007	5101	3889	8990	2,7	-9,2	-4,6
Alalala Norte	1267	5407	6674	2181	5832	7993	1,7	0,7	0,6
Auáreze	3030	13000	16030	6363	10744	17107	37,2	-1,7	0,6
Barcelos	2002	7089	9091	4018	7017	11035	36,4	6,6	1,8
Barreirinha	3117	12274	15391	5623	10893	16516	34,5	-1,2	0,5
Benjamim Constant	6544	18108	24652	11539	6773	18312	63,0	-8,6	-2,7
Boa Vista	7061	14781	21842	11298	13769	25065	45,2	-0,7	-1,2
Borba	6842	16620	23462	7813	9304	17217	48,0	-5,1	-2,6
Carutama	1811	4589	6400	4190	7862	12152	34,5	5,1	6,0
Caruarí	5525	14512	20037	11498	7800	19298	59,6	-3,5	-0,5
Careiro	1372	33800	34972	4326	27488	31816	13,6	-1,8	-0,9
Coeril	14767	2825	42812	21081	17597	38678	34,7	-4,1	-0,9
Codajás	4921	5879	10800	8388	5074	13462	54,5	3,3	2,0
Eirunepé	8140	6630	14770	13442	6930	20372	66,0	-1,3	2,0
Envira	1412	13185	14597	4846	11693	16539	6,7	0,4	0,4
Fonte Boa	3255	10285	13520	5773	10672	16445	28,4	-1,1	1,8
Humaitá	9862	14460	24322	18700	20092	38792	35,1	0,4	1,8
Ipixuna	911	17864	18775	3554	6099	9653	48,2	-9,3	-4,3
Iracatiara	27003	25885	52888	37380	21377	58757	36,8	-1,7	-0,8
Irapiranga	2270	3321	5591	3468	1669	5137	63,6	3,9	1,0
Japurá	320	1751	2093	1478	9360	10777	13,1	-8,1	-0,8
Juruti	624	6325	6949	1676	3369	5045	14,5	16,2	16,1
Juruti	2971	6368	9357	9697	5803	14890	61,0	-5,6	-2,9
Lábrea	8217	13802	22019	15444	17608	33052	69,7	-0,9	4,3
Manacapuru	18272	42745	61017	36019	21154	57173	59,0	2,2	3,8
Manaus	61763	21629	83392	106085	4916	1011501	6,4	-8,2	-0,8
Manicoré	9393	20670	30063	14373	23484	37857	98,5	4,6	4,3
Marau	1043	8920	9963	2199	9639	11838	38,0	1,2	1,6
Meués	10808	19206	30014	16658	13841	30499	18,8	7,0	1,8
Nhamundá	1870	11431	13301	4847	8403	13250	54,6	-2,9	0,1
Nova Olinda Norte	3972	9238	13210	6288	8651	14939	36,6	-2,8	-0,2
Novo Airão	1194	2479	3673	5980	6651	12624	14,1	4,3	13,0
Novo Aripuana	2464	7692	10156	5432	6202	11634	32,5	11,3	1,2
Parintins	29345	22046	51391	41591	17192	58783	48,7	-2,2	1,2
Paulista	1250	6182	9432	2724	44313	17037	70,8	3,2	5,5
Sa. Isabel R Negro	1027	3947	4974	2104	13742	15816	16,0	6,7	10,8
S. Antonio Itá	3467	11588	15055	4472	12742	17214	23,0	2,3	1,2
S. Gabriel Cachoeira	3882	15899	19571	6855	16305	23140	52,0	0,4	-3,4
S. Paulo Olivença	4313	15078	19391	5105	8518	13263	38,5	-5,1	-1,2
Silves	1102	5394	6496	2241	3462	5703	39,3	6,7	-4,0
Tabatinga	-	-	19822	19822	8101	27923	-	-	-
Tapauá	2137	14547	16684	7516	17870	25388	12,8	1,9	3,9
Telfe	16808	14935	30743	39057	14913	53970	72,4	8,6	5,2
Unacatá	3467	5295	8762	6143	5185	11328	54,2	-0,2	2,4
Unicuriúba	2853	7999	10852	5971	11702	17673	33,8	6,9	4,5
Total	856616	573812	1430528	1502754	600489	2103243	71,4	0,4	3,6

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Porém, conforme mencionado em Lubambo, Santos e Teixeira (1995) em estudo de tal natureza não parece suficiente analisar apenas indicadores gerais como crescimento urbano e grau de urbanização. Maiores “insights” podem ser obtidos através da investigação da distribuição espacial da população por classes e números de cidades, assim como pela identificação dos fatores específicos responsáveis por tal distribuição. Para as análises que se seguem, diferentemente do conceito oficial adotado pelo IBGE, serão consideradas urbanas aquelas localidades que congregam uma população igual ou superior a 20 mil habitantes, conceito adotado pela ONU (s.d.).

Características Sociodemográficas das Cidades com mais de 20 Mil Habitantes.

Antes de se proceder a uma análise das cidades com 20 mil e mais habitantes é interessante tecer alguns comentários sobre o quadro geral da distribuição da população por faixas de tamanho dos municípios. O que se observou na Tabela 1 foi que, embora tenha havido um aumento no número de municípios pequenos, isto é, com menos de 10 mil habitantes, o peso populacional destes municípios no cômputo estadual reduziu-se de 6.3% para 5.8%. Redução no peso populacional foi também observada nos municípios que congregam de 20 a 49 mil habitantes e de 50 a 99 mil habitantes. Em contrapartida, a população dos municípios de 10 a 19 mil, que representava 16.6% da população estadual em 1980, passou a significar 19.4%, em 1991. A mesma tendência foi observada para a capital Manaus com mais de 500 mil habitantes, cuja participação se elevou de 44.3% para 48.1%.

No que se refere à categorização das cidades, vale dizer que, em 1980, dos 44 municípios que compunham o Estado do Amazonas, 15 apresentavam contingente igual ou superior a 20 mil habitantes. Em 1991 dos 62 municípios, 16 concentravam população de tal magnitude, isto é, 20 mil ou mais habitantes (Tabela 2). Destes municípios, a grande maioria concentrava-se na faixa de 20-49 mil habitantes, cabendo destacar que, na maioria destes, as populações

se aproximavam mais do limite inferior. Nenhuma cidade se classifica na faixa 100-499 mil e apenas a capital do estado possui mais de 500 mil habitantes. Depreende-se do mencionado que não houve alteração no número de cidades com 20 mil e mais habitantes entre 1980 e 1991. O que se observou foi uma alteração na distribuição destas cidades. Assim, os municípios de Benjamim Constant, Borba e Caruari, classificados na categoria de 20-49 mil habitantes, em 1980, tiveram suas populações reduzidas em 1991. Em contrapartida, cidades como Eirunepé, São Gabriel, Tabatinga e Tapauá passaram a ter contingentes maiores de 20 mil habitantes, conforme registrado pelo censo de 1991.

Chama a atenção nas Tabelas 1 e 2 o fato de que a urbanização no Amazonas, na última década se deu primordialmente através de sua capital Manaus. Aliás, o fato não é novo e parece refletir a importância da capital amazonense como pólo de atração e principalmente, a migração oriunda do próprio estado, desde a implantação da Zona Franca de Manaus (Lacerda e Moura, 1990). O que se apresenta de novo é o arrefecimento no crescimento urbano da capital amazonense, demonstrado pelo declínio na participação da população urbana de Manaus em relação à população urbana estadual. Observa-se também que a participação das cidades com mais de 20 mil habitantes sobre a população agregada do Estado assim como a participação destas mesmas cidades sobre a população urbana estadual, declinaram nas cidades de 20 a 99 mil habitantes. Portanto, mais do que falar em urbanização do Estado, seria mais correto dizer concentração em torno de Manaus. Nas análises que se seguem são investigadas as características sócio-demográficas das cidades com mais de 20 mil habitantes em 1991. A Tabela 3 sugere que não houve mudança na composição por sexo entre 1980 e 1991. O fato é confirmado pelo equilíbrio nas taxas de crescimento das populações masculina e feminina.

Tabela 2

**Concentração Urbana por Classes de Cidades
Amazonas 1980 e 1991**

Cidades por Classe de Tamanho	1980			1991		
	nº	% sobre a população agregada	% sobre a população urbana	nº	% sobre a população agregada	% sobre a população urbana
20-49	11	27.6	35.6	10	21.1	22.1
50-99	3	15.0	19.3	4	14.5	15.2
100-499	0	0.0	0.0	0	0.0	0.0
500 e +	1	57.4	73.9	1	64.3	67.3
Total	15	100.0	128.8	15	100.0	103.0

Fonte: Tabela 1

Nota: A população agregada corresponde ao somatório das populações dos municípios com 20 mil e mais habitantes, enquanto que a população urbana corresponde à população urbana oficial do Estado.

No que concerne à participação relativa dos grupos etários especiais (Tabela 4) algumas considerações merecem ser feitas. Verifica-se um declínio generalizado no grupo 0-4 anos, podendo o fato estar refletindo uma queda na fecundidade amazonense. Em contrapartida, houve um aumento da participação relativa do grupo 5-14 anos em quase todos os municípios. Apenas em Coari, Itacoatiara, Manacapuru e Parintins este grupo manteve-se estável, sofrendo é mesmo um ligeiro declínio em algumas cidades. O acréscimo na participação relativa da população economicamente ativa, isto é, de 15-59 anos, é observada na maioria dos municípios. Cabe, porém salientar, que embora tenha havido um acréscimo na participação deste grupo, este acréscimo não foi algo espetacular. Nos municípios de Careiro, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués, São Gabriel e Tefé, o grupo 15-59 anos decresceu ligeiramente em importância. Finalmente, o grupo de 60 anos e mais, ainda que representando apenas uma pequena parcela da população, cresceu em importância relativa em quase todos os municípios à exceção de Careiro, Manicoré e Tefé.

Tabela 3
Indicadores de População - Amazonas 1980 e 1991

Municípios	1980		1991		1980	1991	TC Mas.	TC Fem.
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Razão Sexo	Razão Sexo		
Boca Acre	11347	10495	13001	12004	1.1	1.1	1.2	1.2
Careiro	18587	16385	17056	14760	1.1	1.2	-0.8	-0.9
Coari	22087	20525	19967	18711	1.1	1.1	-0.9	-0.8
Eirunepé	7563	7207	10540	9832	1.0	1.1	3.1	2.9
Humaitá	12862	11460	20301	18491	1.1	1.1	4.2	4.4
Itacoatiara	27107	25781	29824	28933	1.1	1.0	0.9	1.1
Lábrea	11194	10825	17028	16024	1.0	1.1	3.9	3.6
Manacapuru	31256	29761	29404	27769	1.1	1.1	-0.6	-0.6
Manaus	309150	324242	493891	517610	1.0	1.0	4.4	4.3
Manicoré	15726	14337	19608	18249	1.1	1.1	2.0	2.2
Maués	15513	14501	15826	14673	1.1	1.1	0.2	0.1
Parintins	25978	25413	29630	29153	1.0	1.0	1.2	1.3
S. Gabriel Cachoeira	9977	9594	11891	11249	1.0	1.1	1.6	1.5
Tabatinga	-	-	14074	13849	-	1.0	-	-
Tapauá	8649	8035	12851	12535	1.1	1.0	3.7	4.1
Tefé	15795	14948	27531	26439	1.1	1.0	5.2	5.3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Nota: TC representa a taxa de crescimento no período 1980/91.

Tabela 4
Participação Relativa de Grupos Especiais
Amazonas 1980 e 1991

Cidades	1980				1991			
	0-4	5-14	15-59	60+	0-4	5-14	15-59	60+
Boca Acre	20.3	30.0	45.2	4.5	15.9	32.0	47.4	4.8
Careiro	18.7	31.3	45.3	4.7	16.7	37.7	43.4	2.1
Coari	21.3	32.0	42.9	3.8	16.7	32.0	46.6	4.8
Eirunepé	21.2	32.2	43.1	3.4	17.5	34.0	44.5	4.0
Humaitá	19.1	29.8	48.1	3.1	15.3	33.8	47.7	3.3
Itacoatiara	18.4	30.8	46.6	4.2	15.0	30.6	49.1	5.3
Lábrea	21.6	28.3	46.9	3.3	16.0	35.3	45.2	3.5
Manacapuru	21.4	31.5	43.8	3.3	16.7	31.7	46.6	5.0
Manaus	17.2	25.8	53.3	3.8	11.9	26.1	57.8	4.1
Manicoré	18.1	30.1	47.5	4.4	16.7	32.7	46.4	4.2
Maués	20.1	28.7	46.2	5.0	16.8	31.4	45.3	6.5
Parintins	18.5	31.2	46.1	4.2	15.7	31.7	46.8	5.8
S. Gabriel Cachoeira	14.8	27.7	53.1	4.5	15.2	26.6	52.0	6.2
Tabatinga	-	-	-	-	16.6	30.2	49.7	2.1
Tapauá	21.9	34.4	41.6	2.1	17.1	36.0	44.6	2.3
Tefé	19.3	29.7	47.2	3.8	16.1	35.0	45.7	3.2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Como indicadores sociais e de condições de vida foram considerados, para efeito de análise, a proporção de pessoas alfabetizadas, o abastecimento de água e o tipo de esgotamento sanitário. A década passada registrou uma elevação na proporção de pessoas alfabetizadas para a maioria dos municípios (Tabela 5). As maiores taxas de crescimento de tal população foram observadas para Boca do Acre, Eirunepé, Tapauá e Tefé. Apesar do aumento na proporção de alfabetizados em praticamente todas as cidades, é surpreendente observar que em 1980 e 1991 apenas seis e sete das 15 cidades com mais de 20 mil habitantes tinham mais da metade de suas populações alfabetizadas.

Tabela 5
Participação Relativa da População Alfabetizada sobre a
População Total
Amazonas 1980 e 1991

Municípios	População Alfabetizada		Participação Relativa		TC 1991/80
	1980	1991	1980	1991	
Boca Acre	4267.0	8366.0	24.5	39.8	6.3
Careiro	11467.0	9729.0	40.3	36.7	-1.5
Coari	13808.0	15151.0	41.1	47.0	0.9
Eirunepé	3254.0	6257.0	28.0	37.2	6.1
Humaitá	8375.0	13811.0	42.6	42.0	4.7
Itacoatiara	28685.0	34379.0	66.5	68.8	1.7
Lábrea	5313.0	8988.0	30.7	32.4	5.0
Manacapuru	21299.0	27316.0	44.4	57.3	2.3
Manaus	396385.0	741749.0	75.5	83.3	5.9
Manicoré	11775.0	15058.0	47.8	47.7	2.3
Maués	14684.0	16929.0	61.2	66.7	1.3
Parintins	30987.0	36563.0	74.0	73.8	1.5
S. Gabriel Cachoeiro	8931.0	12025.0	53.5	61.3	2.7
Tabatinga	-	14750.0	-	52.8	-
Tapauá	2661.0	5503.0	20.4	26.1	6.8
Tefé	12821.0	26007.0	51.6	57.4	6.7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991.

Nota: TC representa a taxa de crescimento.

A Tabela 6 mostra os domicílios segundo o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. A variável abastecimento de água foi dividida em três categorias: domicílios servidos pela rede geral,

domicílios com poço/nascente e outros. Em 1980, havia uma predominância de domicílios cuja fonte de água era outra que não a rede geral ou poço/nascente. De fato, 73% dos municípios com 20 mil habitantes ou mais se enquadraram na categoria outro. Apenas em três cidades (Itacoatiara, Manaus e Parintins) predominava a rede geral. Em 1991, houve um acréscimo de 167% no número de domicílios ligados à rede geral. De fato, o número de domicílios predominantemente servidos pela rede geral elevou-se de três para oito. Além disto, houve uma redução de 10 para 4 no número de domicílios em que a fonte predominante de água era representada pela categoria outros. Houve ainda um aumento de 1 para 4 no número de domicílios cuja fonte básica de água era poço/nascente. Em síntese, houve uma alteração para melhor na composição da distribuição de água no período 1980/91 nas áreas mais urbanizadas do Estado do Amazonas.

A variável esgotamento sanitário foi dividida em quatro categorias: rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar e outros incluindo esta última categoria todos os tipos de escoadouro que não os previamente mencionados e ainda as respostas do tipo "não sabe". Neste caso, a situação mostra-se um pouco pior. Dos 15 municípios com 20 mil e mais habitantes, apenas Manaus tinha um percentual de domicílios ligados à rede geral. Cabe mencionar que era um percentual baixo (16%), o qual foi reduzido para 2%, em 1991. Em 1980, em 60% dos municípios predominava uma forma não organizada de esgotamento sanitário (outros), enquanto que nos 40% restantes predominava a existência de fossa rudimentar. Em 1991, houve um declínio de 22% no número de municípios com esgotamento sanitário predominantemente representado por "outros" e um acréscimo de 33% no número de municípios predominantemente servidos por fossa rudimentar. Em síntese, em 1991, 50% dos municípios eram predominantemente servidos por fossa rudimentar, 44 sem estrutura organizada e 6% servidos por fossa séptica.

Tabela 6
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Amazonas 1980 e 1991

Municípios	Abastecimento de Água							
	rede geral		poço/nascente		outro		total	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Boca Acre	26.7	38.1	22.1	43.3	51.1	18.6	4069	4703
Careiro	4.3	12.3	47.5	59.9	48.3	27.8	6086	764
Coari	29.4	42.7	1.0	49.9	69.7	7.4	7058	794
Eirunepé	21.0	34.6	24.2	38.8	54.8	26.5	2477	486
Humaitá	32.9	46.8	15.9	22.9	51.2	30.2	4146	243
Itacoatiara	49.8	60.6	48.1	2.8	2.1	18.6	8412	0138
Lábrea	15.6	40.7	21.9	2.8	62.4	56.5	3739	333
Manacapuru	23.8	55.5	32.5	8.3	43.7	36.1	9769	606
Manaus	84.9	85.9	09.0	10.7	6.1	3.5	118375	05997
Manicoré	23.9	24.8	14.7	24.1	61.4	51.1	4987	899
Maués	32.8	52.9	24.6	24.2	42.5	22.9	4938	218
Parintins	52.2	66.5	23.4	9.5	24.3	24.0	8210	9747
S. Gabriel Cachoeira	16.6	18.5	76.6	7.0	6.9	74.5	3319	161
Tabatinga	-	42.4	-	24.5	-	33.1	-	251
Tapauá	7.4	27.2	4.0	27.5	88.7	45.3	2311	473
Teffé	44.0	63.9	11.9	19.1	44.1	17.0	4835	412

Continuação da tabela 6

Municípios	Esgotamento Sanitário									
	rede geral		fossa séptica		fossa rudimentar		outro		total	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Boca Acre	0.0	0.0	0.3	2.3	27.8	41.5	71.8	56.2	4069	4703
Careiro	0.0	0.0	1.4	8.7	30.7	14.9	67.9	76.4	6086	4764
Coari	0.0	0.0	4.6	7.3	27.0	48.0	68.4	44.7	7058	6794
Eirunepé	0.0	0.0	1.9	10.0	38.0	50.3	60.1	39.7	2477	3486
Humaitá	0.0	0.0	21.1	7.7	21.0	45.9	57.9	46.4	4146	6243
Itacoatiara	0.0	0.0	7.3	14.7	85.1	69.2	7.6	16.1	8412	10138
Lábrea	0.0	0.0	1.7	3.1	31.7	40.4	66.5	56.4	3739	5333
Manacapuru	0.0	0.0	8.0	18.6	47.5	53.6	44.4	27.8	9769	9606
Manaus	16.6	2.1	31.5	47.9	39.0	27.2	12.9	22.7	118375	205997
Manicoré	0.0	0.0	4.0	4.0	34.2	34.5	61.7	61.4	4987	5899
Maués	0.0	0.0	5.2	15.4	64.1	75.3	30.7	9.3	4938	5218
Parintins	0.0	0.0	9.1	12.3	71.4	74.0	19.5	13.7	8210	9747
S. Gabriel Cachoeira	0.0	0.0	2.4	3.0	16.0	19.6	81.6	77.4	3319	4161
Tabatinga	-	0.0	-	11.9	-	79.0	-	9.1	-	4251
Tapauá	0.0	0.0	1.1	2.2	10.0	18.6	88.9	79.2	2311	3473
Teffé	0.0	0.0	4.5	14.4	50.2	65.2	45.4	20.4	4835	7412

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991

Considerações Finais

A urbanização no Estado do Amazonas tem-se dado principalmente através da concentração de população na capital Manaus. Apesar de a taxa de crescimento urbano da cidade, em 1980/91, não ter sido das mais expressivas em comparação a outros municípios amazonenses, os indicadores de concentração urbana usados neste estudo apontam para o fato de que, nesse período, a cidade de Manaus, além de concentrar mais da metade da população estadual, foi a única que apresentou aumento no índice de concentração total. Apesar disso, cabe ressaltar a perda da importância relativa da população de Manaus no cômputo da população urbana do Estado. Com base nos resultados poder-se-ia especular que, passado o impacto da implantação da Zona Franca de Manaus e a subsequente perda de importância da mesma, dada a nova orientação da política econômica, Manaus já teria atingido seu nível de saturação, não sendo mais capaz de atrair e absorver fluxos migratórios intra e interestaduais. A redução das participações relativas das cidades com 20 mil e mais habitantes sobre o total do Estado e sobre a população urbana (oficial) estadual parece estar refletindo uma menor mobilidade populacional na década de 80.

Nenhuma alteração significativa foi observada do ponto de vista demográfico, a não ser talvez um indicativo de queda de fecundidade, refletido na redução da participação relativa do grupo de 0-4 anos. No entanto, um conhecimento mais aprofundado sobre os padrões reprodutivos do Estado, especialmente das áreas rurais, está a merecer maior atenção, principalmente no tocante aos níveis e padrões da fecundidade.

Os fatores aqui considerados como indicadores das condições de vida das populações dos municípios com 20 mil e mais habitantes nos levam a tecer algumas considerações. Apesar do acréscimo na proporção de alfabetizados, o número de analfabetos ainda é grande, representando 50% ou mais em metade dos municípios. Há que se acrescentar que este é também um indicador bastante precário e, na realidade, nenhuma inferência pode ser feita sobre o nível de educação ou escolaridade das populações. De fato, a simples análise temporal deste indicador não permite, por exemplo, ter uma idéia sobre o desempenho ou sobre o aproveitamento escolar. No tocante ao abastecimento de água parece ter havido uma melhoria entre

1980 e 1991 naquelas cidades que congregam 20 mil e mais habitantes. Mesmo assim, vale comentar que outras formas de abastecimento diferentes da rede geral e poço/nascente participam com expressão em vários municípios considerados urbanos de acordo com os critérios sugeridos pela ONU (s.d.), isto é, localidades com 20 mil e mais habitantes.

Para o tipo de esgotamento sanitário, a situação afigura-se pior. De fato, os tipos de esgotamento predominantes nestes municípios, isto é, "outros" e fossa rudimentar, não condizem com o tipo esperado e considerado ideal para locais urbanos. Finalmente, ainda que não tenha sido objeto de investigação neste texto, seria interessante que se ampliasse a análise e se incluíssem também indicadores sobre as condições de habitação em que vivem as pessoas nas cidades com 20 mil e mais habitantes. Assim, uma investigação sobre o tipo da construção e o número de cômodos existentes no domicílio poderiam sinalizar por exemplo, a respeito das condições habitacionais destas populações. O acréscimo deste indicador e de outros sobre emprego, renda e saúde, assim como outros indicadores mais apurados sobre educação, poderiam fornecer um retrato mais fidedigno acerca das condições em que vivem as populações nas áreas urbanas do Estado do Amazonas.

Referências

- LUBAMBO, C.W; SANTOS, T.F. e TEIXEIRA, P. (1995). Campo, Vila ou Cidade: Onde Mora a Gente do Nordeste? A Trajetória da Urbanização de 60 a 91. *Anais do V Encontro Nacional da ANPUR*, pp 703-714.
- MARTINE, G. (1985). O Significado Demográfico da Fronteira Agrícola. *Espaço e Debates*, n.o 13, pp 74-83.
- MELLO, M.L. e MOURA, H.A. (coordenadores). (1990). *Migrações para Manaus*. Editora Massangana.
- OLIVEIRA, L.A.P. (1985). *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro. Os Cem Anos de Andanças da População Acreana*. Série de Estudos Básicos para Planejamento. Rio Branco, Edições Fundação Cultural do Acre.

TASCHNER, S.P. (1995). Mudanças no Padrão de Urbanização: Novas Abordagens para a Década de 90. *Anais do V Encontro Nacional da ANPUR*, pp 647-668, vol.2.

VELHO, O.G. (1976). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, DIFEL

UNITED NATIONS, Dept. of Economic and Social Affairs. (s.d.). *Statistical Concepts and Definitions of Urban and Rural Population: National, Regional and World-Wide*. New York, United Nations, ST/SOA/Series A/44.